



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER À LUZ DO MODELO TEÓRICO “GARBAGE CAN”

Allan Fernando Zardo da Silva (UEM); Fernanda Gimenez Milani (UEM); Pedro Henrique Iglesias Menegaldo (UEM)
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil
allan_fzs@hotmail.com

Palavras-chave: Políticas públicas; esporte; tomada de decisão; anarquias organizadas.

Introdução

Inicialmente no continente europeu, estudos relacionados com as políticas públicas eram desdobramentos de teorias explicativas do Estado, concentrando suas análises mais no Estado e nas suas instituições do que na produção dos governos. Em contrapartida, a política pública enquanto área do conhecimento surge por volta de 1950 (FREY, 2009) nos Estados Unidos da América em um universo acadêmico, sem relações com essas bases teóricas que discutem o papel do Estado, dessa forma seu propósito passou direto para análise das ações dos governos, com o entendimento de que as ações por parte dos governos são suscetíveis a formulações científicas e análises por pesquisadores independentes (SOUZA, 2003).

Já no Brasil estudos sobre políticas públicas são mais recentes (FREY, 2009; SOUZA 2003), desse modo nos últimos anos há um crescimento relacionado ao interesse investigativo pela área, com aumento de teses e dissertações relacionados, disciplinas e linhas de pesquisas criadas em programas de pós-graduação e criação de linhas específicas nas agências de fomento para investigações sobre a temática (ARRETCHÉ, 2003). Porém, Mello (1999) aponta para um crescimento horizontal com muitos estudos de caso e falta de uma agenda de pesquisa, o que não contribui efetivamente para a acumulação do conhecimento, na mesma linha de pensamento, Arretche (2003) destacou a incipiência da área, com a presença excessiva de narrativas pouco informadas por modelos ou tipologias de políticas públicas, e também por existirem alguns problemas metodológicos.

Na mesma esteira, alguns autores como Santos (2014), Almeida e Mezzadri (2017) apontam para uma lacuna existente de estudos dispostos a discutir as políticas públicas de esporte e lazer com a perspectiva de modelos teóricos advindos Ciência Política. Dessa forma elencamos o modelo teórico Garbage Can, no qual possui pouca apropriação por estudos brasileiros e nenhuma referindo-se às políticas públicas de esporte e lazer.

Objetivo





II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

Apresentar o modelo Garbage Can como uma possibilidade para pensar as políticas públicas de esporte e lazer

Metodologia

Com abordagem qualitativa, o presente texto segue o formato de um ensaio com aparato bibliográfico advindo da produção acerca das políticas públicas de esporte e lazer e da apropriação do modelo Garbage Can. Por meio de uma exposição lógica e reflexiva um ensaio tem por característica o alto nível de interpretação e julgamento pessoal (SEVERINO, 2002). Nesse sentido, por meio da literatura propomos uma interpretação inédita no contexto das instituições esportivas. Cabe destacar o necessário desafio de vanguarda ao qual estamos predispostos, expresso por pesquisadores com formação na área da Educação Física na busca de novas apropriações e pressupostos de uma outra área do conhecimento – Ciência Política – com vistas a compreender melhor o complexo, e ainda pouco conhecido, processo político.

Resultados

Desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1972), o modelo considera que o ambiente de algumas organizações é denominado de anarquias organizadas, pois possuem contextos incertos e em contínua mutação, dessa forma as tomadas de decisões não se limitam simplesmente a aspectos racionais e formais.

Para definir uma organização como uma anarquia organizada, três propriedades são elementares, sob as quais, a tomada de decisão na organização é desprovida de uma racionalidade organizacional: [a] preferências problemáticas; [b] falta de clareza nos processos organizacionais; e [c] participação fluída ou anárquica (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972).

Preferências problemáticas: trata-se de objetivos e preferências inconsistentes e indefinidos, além de uma intencionalidade organizacional problemática. Cohen, March e Olsen (1972) afirmam que a organização com base em inúmeras preferências que são inconsistentes e mal definidas, são ideias dispersas em que não há uma estrutura coerente, elas surgem no meio das ações sem que um planejamento previamente estabelecido fosse seguido.

Falta de clareza nos processos organizacionais: As informações não são claras, mesmo que a organização consiga sobreviver e até produzir, os seus processos não são entendidos pelos atores que a compõem. Dessa forma as ações funcionam com base em procedimentos de tentativa e erro e por aprendizado de experiências passadas, fazer o que já estava sendo feito (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972).

Preferências problemáticas: trata-se de objetivos e preferências inconsistentes e indefinidos, além de uma intencionalidade organizacional problemática. Cohen, March e Olsen (1972) afirmam que a organização atua com base em inúmeras preferências que são inconsistentes e mal definidas, são ideias dispersas em que não há uma estrutura coerente, elas surgem no meio das ações sem que um planejamento previamente estabelecido fosse seguido. A partir da literatura, buscamos trazer exemplos da atuação estatal nas políticas públicas de esporte e lazer que apresentam essas três propriedades.



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

Conclusões

Podemos inferir a partir da literatura, que as organizações públicas responsáveis pelas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil (Ministério do Esporte, secretarias estaduais, e secretarias ou departamentos municipais), possuem elementos nos quais permitem-nos categorizá-las como anarquias organizadas, apresentando preferências problemáticas, falta de clareza nos processos organizacionais e participação fluída. Deste modo, esse estudo constitui o exercício de algumas aproximações entre um modelo teórico da Ciência Política, com elementos recorrentes da política pública nacional. Entretanto, isso indica a necessidade de incursões empíricas que precisam ser testadas a fim de serem comprovadas ou refutadas, e dessa forma, verificar a validade das reflexões aqui levantadas.

Referências

ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M. Quadros conceituais em políticas públicas: aplicações e possibilidades para a área do esporte. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 1, p. 41-52, 2017.

ARRETCHE, M. T. S. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, nº 51, fev. 2003, p. 07-10.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A garbage can model of organizational choice. **Administrative science quarterly**, p. 1-25, 1972.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2009.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. [vol. 3: Ciência política], São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999, p. 59-100.

SANTOS, E. S. Para Pensar a Avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 3, p. 252-274, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. In: Metodologia do trabalho científico. Cortez, 2002.

SOUZA, C. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas**. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo, 2002.